

Juntos, Protegemos #QueMaisImporta



Zurich Santander Brasil Seguros S.A. | CNPJ/MF nº 06.136.920/0001-18

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (Seguradora) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025.

Os documentos foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas alterações posteriores, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O modelo de publicação das Demonstrações Financeiras, assim como as informações apresentadas, segue os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores.

A Zurich Santander Brasil Seguros
Fundada em 2011, com 14 anos de existência, a Zurich Santander é uma *joint venture* entre os Grupos Zurich e Santander, dois dos maiores conglomerados do mundo nos setores segurador e financeiro que, juntos, acumulam mais de 200 anos de história.

Essa parceria combina a experiência global em seguros do Grupo Zurich com a ampla rede de distribuição do Santander. Essa parceria está presente em cinco países, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e México, além da sede em Madrid, na Espanha. A Zurich Santander tem como propósito, "mover diariamente para que as pessoas e seus projetos estejam protegidos, e o nosso setor cada vez mais humano e sustentável".

Por meio do modelo de negócio de *bancassurance*, a Seguradora comercializa seguros residencial, empresarial, habitacional e de riscos diversos nos canais bancários de relacionamento do Banco Santander (Brasil).

Conjuntura Econômica

A economia brasileira apresentou um desempenho relativamente positivo em 2025, com crescimento do PIB esperado em torno de 2,4%, sustentado principalmente por um mercado de trabalho ainda resiliente. A inflação mostrou desaceleração ao longo dos meses, fechando em 4,26%, abaixo do teto da meta de 4,5%. O Real apreciou frente ao Dólar, favorecido pelo diferencial de juros, uma vez que o FED realizou movimento de queda da taxa de juros americana e na contramão o Banco Central brasileiro elevou a taxa básica de juros durante o ano. O mercado acionário, por sua vez, mesmo com momentos de alta volatilidade, encerrou o ano renovando máximas históricas.

No campo da política monetária, o Banco Central manteve uma postura contracionista, posicionando a taxa Selic em 15%, o maior patamar desde 2006. A cautela da entidade se baseou nos indicadores de atividade e emprego, permanecendo robustos, com taxa de desemprego em mínimas históricas. Enquanto os indicadores de preço, como o IPCA e IGP-M, cederam a níveis que geraram expectativas de que o ciclo de cortes de juros comece no início de 2026.

No âmbito fiscal, 2025 foi marcado por incertezas relevantes quanto a trajetória das contas públicas. A execução orçamentária e os debates recorrentes sobre o cumprimento de metas continuaram pressionando os prêmios de risco, especialmente nos vértices intermediários e longos da curva de juros. No cenário externo, a economia brasileira conviveu com um ambiente global desafiador, caracterizado por juros elevados nas principais economias, crescimento moderado e episódios frequentes de volatilidade financeira, sendo possível destacar a política de tarifas às importações pelos Estados Unidos. Ainda assim, os efeitos diretos sobre a economia brasileira foram relativamente limitados, com grande parte dos setores permanecendo pouco exposta a medidas tarifárias mais severas. Em resumo, o fechamento de 2025 revela uma economia brasileira que combina um crescimento

moderado, inflação em processo de estabilização e política monetária ainda restrita. O risco fiscal segue presente nas análises e no ambiente político, onde este será papel central na formação das expectativas para 2026, especialmente no que diz respeito à trajetória dos juros e à estabilidade macroeconômica.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Seguradora, registrou lucro líquido no valor de R\$348 milhões em dezembro de 2025 (R\$349 milhões em dezembro de 2024), patrimônio líquido de R\$256 milhões em dezembro de 2025 (R\$280 milhões em dezembro de 2024) e provisões técnicas de seguros de R\$1,40 bilhão em dezembro de 2025 (R\$1,25 bilhão em dezembro de 2024).

Em sua estratégia, a Zurich Santander tem como frente atuante o crescimento dos negócios via lançamento de produtos inovadores com soluções flexíveis adequadas às necessidades de cada cliente, contribuindo para a sua proteção. Em paralelo, a Seguradora busca aprimorar continuamente a experiência e serviços para os clientes. Seu objetivo é seguir impactando o desenvolvimento do mercado brasileiro de seguros, expandindo seus negócios, aumentando o volume em prêmios e mantendo sua força comercial, sempre com foco na qualidade de atendimento, na gestão de custos operativos e na solidez e transparência de suas demonstrações financeiras.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido referente ao exercício, no mínimo 25%, conforme Lei nº 6.404/76. A Assembleia Anual dos Acionistas pode deliberar a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes do último balanço patrimonial anual ou semestral ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses – desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. Nestes casos, estes dividendos são incluídos integralmente aos dividendos obrigatórios. A Assembleia Geral poderá destinar a formação de reserva para equalização de dividendos, limitada ao valor do capital social tendo como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O objetivo é manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que uma vez atingido esse limite, poderá ocorrer deliberação sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou o aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender às necessidades de aplicação de capital estipuladas no orçamento da Seguradora. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos.

Sustentabilidade

A Zurich Santander tem uma estratégia de sustentabilidade que norteia suas práticas, objetivos, o planejamento estratégico e a tomada de decisão.

Suas frentes de atuação são:

- Proposta de valor responsável: busca desenvolver produtos e serviços que ofereçam uma proposta de valor sustentável, atendendo às necessidades dos consumidores e da sociedade hoje e no futuro, e que, por consequência, sejam parte de negócios sustentáveis.
- Impacto na comunidade: promove ações de engajamento com as comunidades que a cerca como forma de potencializar o papel como agentes de apoio ao desenvolvimento econômico e social do país.
- Governança responsável: trabalha diariamente para colocar a sustentabilidade no centro das tomadas de decisão, construindo uma cultura de consciência ambiental, social e de governança (ESG – *Environmental, Social and Governance*) que possa gerar valor para os nossos stakeholders.

No ano de 2025, a Seguradora se manteve focada na implementação da Circular SUSEP nº 666/22, que definiu requisitos de sustentabilidade a serem atendidos pelas organizações do mercado segurador. Como parte desse processo, divulgou o seu 2º Relatório de Sustentabilidade, em atendimento à regu-

lação e como forma de prestação de contas aos seus diversos *stakeholders*. O documento apresentou as políticas, processos e práticas que envolvem os aspectos ambientais, sociais e de governança, a gestão de riscos de sustentabilidade, o impacto positivo na sociedade e no setor, o diálogo com os *stakeholders*, além da atuação em prol da proteção do meio ambiente, divulgando, também, os resultados da empresa, tanto financeiros, quanto em relação às suas pessoas no exercício de 2025. No site www.zurichsantander.com.br é possível ter acesso ao documento e à Política de Sustentabilidade que formaliza o compromisso com essa agenda, estabelece os princípios e as diretrizes para a gestão, reforçando os objetivos de desenvolver produtos e serviços alinhados às necessidades do consumidor e manter a geração de valor para os públicos estratégicos. Além disso, em linha com o direcionamento de manter uma governança responsável, a Zurich Santander divulgou o Relatório de Transparência Salarial, evidenciando os fatores de remuneração equitativa que também está disponível em ambiente público.

Para dar continuidade à evolução da sustentabilidade em seu dia a dia, a Seguradora seguirá impulsionando iniciativas de transformação do seu negócio e buscando ampliar o seu impacto na sociedade. As conquistas e os desafios da Zurich Santander nesta temática podem ser acompanhados pelo Relatório de Sustentabilidade, divulgado anualmente e que aborda as suas práticas e resultados.

Reconhecimentos em 2025

No exercício de 2025 a Zurich Santander foi reconhecida nas seguintes iniciativas:

- **GPWTW Brasil:** reconhecida pela *Great Place To Work* como uma das 37 melhores empresas para se trabalhar no Brasil no segmento de médio porte.

- **GPWTW Diversidade:** reconhecida em quatro segmentos da edição Diversidade da *Great Place To Work*, sendo a 9ª colocada na categoria LGBTQIAPN+, 10ª em Étnico/Racial e Geracional 50+, além da tradicional categoria Mulher, em que ficou em 16º lugar.

- **GPWTW São Paulo e Instituições Financeiras:** nas aberturas da *Great Place To Work* para médias empresas em São Paulo e do setor de Instituições Financeiras, desempenhou com a 15ª e 2ª colocações respectivamente.

- **Prêmio Atendimento ABRAREC CX:** reconhecida no Prêmio Atendimento ABRAREC CX 2025 com o caso "Proteção e Humanização no suporte ao Rio Grande do Sul", pela sua atuação frente às catástrofes de 2024 na região.

- **Prêmio SmartCustomer 2025:** em parceria com a Concentrix, conquistou o Prêmio *SmartCustomer 2025* com o caso "Transformando crises em confiança" na categoria Respeito ao Cliente, também motivado pelo apoio ao Rio Grande do Sul em 2024.

Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD)

A Zurich Santander mantém políticas, processos e controles alinhados à Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD), além do constante aculturação interno sobre essa temática. Para dar suporte a essa atuação, há um Fórum de Segurança da Informação cuja missão é zelar pela governança dos temas relacionados à segurança da informação, proteção e privacidade de dados, bem como supervisionar a adequação da Zurich Santander aos requisitos regulatórios.

Agradecimentos

A Zurich Santander agradece aos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em sua administração, bem como aos colaboradores, pela decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. e o foco em proteger o que mais importa.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

Balancos Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2025	2024		Nota Explicativa	2025	2024
Ativo Circulante		1.647.418	1.188.308	Passivo Circulante		1.660.767	1.355.603
Disponível		4.539	3.218	Contas a Pagar		327.232	238.746
Caixa e Bancos	3.2.1	4.539	3.218	Obrigações a Pagar	13.1	39.720	11.711
Aplicações	5	365.103	105.787	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	13.2	83.099	70.200
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		895.566	737.855	Impostos e Contribuições	13.3	203.861	156.748
Prêmios a Receber	6.1	895.429	733.167	Outras Contas a Pagar	13.4	552	87
Operações com Resseguradoras	6.2	137	4.688				
Outros Créditos Operacionais		2	2	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		329.314	242.826
Ativos de Resseguro e Retrocessão		5.350	16.135	Prêmios a Restituir			150
Títulos e Créditos a Receber		9.167	21.948	Operações com Resseguradoras	15	13.914	12.861
Títulos e Créditos a Receber	8	3.807	3.091	Corretores de Seguros e Resseguros	16	14.305	16.840
Créditos Tributários e Previdenciários	9	4.298	16.067	Outros Débitos Operacionais	17	301.095	212.975
Outros Créditos		1.062	2.790	Depósitos de Terceiros		3.259	1.177
Despesas Antecipadas		650	642	Provisões Técnicas – Seguros		1.000.962	872.854
Custos de Aquisição Diferidos		377.041	302.711	Danos	19.1	1.000.962	872.854
Seguros	11.1	377.041	302.711				
Ativo não Circulante		740.113	902.939	Passivo não Circulante		470.966	456.001
Realizável a Longo Prazo		740.113	902.568	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		62.526	62.540
Aplicações	5	413.057	583.822	Corretores de Seguros e Resseguros	16	1	9
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		221.054	221.079	Outros Débitos Operacionais	17	62.525	62.531
Prêmios a Receber	6.1	221.054	221.079	Provisões Técnicas – Seguros		395.066	380.766
Ativos de Resseguro e Retrocessão		6.357	5.915	Outros Débitos		13.374	12.695
Títulos e Créditos a Receber		19.492	18.040	Provisões Judiciais	14.1	13.374	12.695
Créditos Tributários e Previdenciários	9	5.350	5.078				
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	14.142	12.962	Patrimônio Líquido		255.798	279.643
Custos de Aquisição Diferidos		80.153	73.712	Capital Social	21.a	138.961	138.961
Seguros	11.1	80.153	73.712	Reservas de Lucro	21.c	121.631	163.755
Investimentos		–	369	Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.d	(4.794)	(23.073)
Participações Societárias		–	369	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.387.531	2.091.247
Intangível		–	2				
Outros Intangíveis		–	2				
Total do Ativo		2.387.531	2.091.247				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2025	2024
Prêmios Emitidos		1.702.820	1.662.348
Variáveis das Provisões Técnicas de Prêmios		(153.332)	(296.005)
Prêmios Ganhos		1.549.488	1.366.343
Sinistros Ocorridos	22.2	(218.742)	(297.457)
Custos de Aquisição	22.3	(581.389)	(476.557)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	22.4	(7.610)	(5.711)
Resultado com Operações de Resseguro	22.5	(17.897)	20.420
Recicla com Resseguro		5.573	40.476
Despesa com Resseguro		(23.470)	(20.056)
Despesas Administrativas	23.1	(22.026)	(12.511)
Despesas com Tributos	23.2	(71.300)	(60.538)
Resultado Financeiro	23.3	92.557	42.679
Resultado Patrimonial		23	22
Resultado Operacional		723.101	576.690
Resultado antes dos Impostos e Participações		723.101	576.690
Imposto de Renda	23.4	(176.040)	(140.116)
Contribuição Social	23.4	(109.185)	(87.147)
Lucro Líquido do Exercício		437.876	349.427
Quantidade de Ações (Mil)		70.284	70.284
Lucro por Ação – R\$		6,23	4,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	437.876	349.427
Outros Resultados Abrangentes	18.279	(32.148)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	30.466	(53.580)
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial	(12.187)	21.432
Resultado Abrangente do Exercício	456.155	317.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Pelo Método Indireto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2025	2024
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		437.876	349.427
Ajustes para:		(9.598)	17.715
Depreciações e Amortizações	12	1	1.031
Perda por Redução do Valor Recuperável dos Ativos	22.4	514	218
Reversão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	14.2	1.407	1.389
Resultado de Participação em Controlada		(23)	(22)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.a	(11.497)	16.321
Outros		(1.222)	(1.222)
Varição nas Contas Patrimoniais:		290.263	151.080
Ativos Financeiros		(48.077)	(142.257)
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		(158.200)	(311.833)
Ativos de Resseguro e Retrocessão		10.343	(15.063)
Outros Créditos Operacionais		(1)	–
Títulos e Créditos a Receber		1.012	(2.002)
Créditos Fiscais e Previdenciários		11.497	(16.321)
Depósitos Judiciais e Fiscais		(1.180)	(980)
Custos de Aquisição Diferidos		(80.771)	(130.855)
Despesas Antecipadas		(6)	1.285
Impostos e Contribuições		284.726	227.236
Obrigações a Pagar e Outras Contas a Pagar		40.685	27.027
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		86.476	147.046
Depósitos de Terceiros		2.082	1.100
Provisões Técnicas – Seguros		142.408	367.326
Provisões Judiciais		(728)	(622)
Caixa Líquido Gerado pelas Operações		718.541	518.227
Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Paga		(237.612)	(201.416)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		480.929	316.806
Atividades de Investimentos			
Reccebimento pela Redução de Investimentos na Controlada		392	–
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		392	–
Atividades de Financiamento			
Dividendos Pagos		(480.000)	(320.000)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		(480.000)	(320.000)
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.321	(3.194)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		3.218	6.412
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		4.539	3.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pronunciamento Técnico CPC 48, cujos principais critérios de classificação, mensuração e avaliação são descritos na nota 3.2.2. Em dezembro de 2025 e 2024 a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos e/ou *hedge*.

3.2.1. Caixa e Equivalente de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os saldos são de R\$4.539 em dezembro de 2025 e R\$3.218 em dezembro de 2024.

3.2.2. Ativos Financeiros

Todas as aplicações financeiras devem ser reconhecidas no Balanço Patrimonial e mensuradas de acordo com a categoria a qual foram classificadas.

A Seguradora adotou o CPC 48 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2024, a qual foi referendada pela Circular SUSEP nº 678/22. Este pronunciamento estabelece os requisitos para o reconhecimento de instrumentos financeiros, substituindo o CPC 38 – Instrumentos Financeiros.

Classificação e Mensuração

A adoção da norma foi realizada de forma prospectiva, momento no qual não foi apurado impactos materiais. A Seguradora seguiu as diretrizes da norma implementando os novos modelos de classificação e mensuração dos ativos financeiros pelo seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio de resultado (VJR), bem como revisou a classificação de todos os seus ativos financeiros com base nas

Juntos, Protegemos #OQueMaisImporta



Zurich Santander Brasil Seguros S.A. | CNPJ/MF nº 06.136.920/0001-18

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.3. Imposto de Renda e Contribuição Social
Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido. O Imposto Corrente é o imposto a ser pago ou recuperado no período aplicável e é registrado no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Encargos Sociais a Recolher e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O Imposto Diferido é representado pelo crédito tributário e a obrigação fiscal diferida é obtida pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os Créditos Tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os Créditos Tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial nas rubricas Títulos e Créditos a Receber – Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar – Tributos Diferidos, respectivamente.

O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R\$ 240 mil, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo.

3.4. Provisões Técnicas
As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, juntamente com documentos de orientações ao mercado disponibilizados pela SUSEP.

3.4.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG
A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquida de cosseguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pró-rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. Conforme a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco.

A provisão para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada pela Seguradora com base no comportamento histórico das emissões em atraso, em conformidade com a Nota Técnica Atuarial (NTA).

3.4.2. Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL
Processos Administrativos: é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até o encerramento do período.

Processos Judiciais: é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendendo-se para o risco de cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade do desembolso financeiro e atualização monetária dos processos. Toda análise é baseada na avaliação dos departamentos jurídicos interno e externo da Seguradora, que levam em consideração o caso concreto e a jurisprudência envolvendo o tema. A estimativa de um valor contábil de desembolso envolve também a atribuição de graus de certeza no desfecho de uma ação, ou seja, de acordo com as chances de perda. As probabilidades de perdas são classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

3.4.3. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – IBNR
A provisão de IBNR é constituída com base em Nota Técnica Atuarial (NTA), considerando a estimativa histórica entre as datas de ocorrência e de movimentação dos sinistros, de acordo com as normas da SUSEP. A metodologia baseia-se em fatores de desenvolvimento obtidos através de triângulos de sinistros incorridos juntamente com os sinistros movimentados (IBNR Global), bem como o comportamento esperado de sinistralidade.

O resultado apurado pelo triângulo, contabilizado como IBNR reflete os movimentos dos sinistros já ocorridos e não avisados, já o IBNeR são as provisões de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, que refletem os montantes dos valores observados com base na aplicação do Teste de Consistência, contabilizados no grupo SUSEP de Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).

Caso a sinistralidade contabilizada, considerando os valores de IBNR Global apurados conforme acima descrito, esteja num patamar atípico do comportamento esperado, a Seguradora poderá adotar o ajuste *Bornhuetter-Ferguson*.

3.4.4. Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura – PDR ou PDC- PDR
A PDR ou PDC deverá ser constituída para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas aos pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples, regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais de cobertura, respectivamente.

3.4.5. Teste de Adequação de Passivos – TAP
Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações posteriores, a Seguradora realizou o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estavam vigentes na data de execução do teste. Este teste verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados vigentes na data-base desta demonstração. O teste é elaborado semestralmente utilizando métodos estatísticos e atuariais baseados em premissas realistas que refletem a experiência da Seguradora. A projeção considera premissas de sinistros, taxa de persistência, resseguro, comissões e despesas. Os fluxos de caixa foram estimados com periodicidade mensal. Para a realização do teste, as linhas de negócios com características de risco semelhantes foram agrupadas, sendo segregadas pelos grupos de contratos de Danos e Habitacional.

A sinistralidade é apurada com base no histórico da Seguradora para cada segmento ou linha de negócio e, para produtos atrelados a cobertura de morte, é calculada utilizando a tábua BR-EMS 2021, conforme a Circular SUSEP nº 623/21. Para a projeção das despesas administrativas, foi adotado o percentual observado de despesas em relação à receita futura projetada para cada grupo de seguros. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados, foi utilizada a Estrutura a Termo da Taxa de Juros Livre de Risco (ETTL), elaborada pela SUSEP. O Teste de Adequação de Passivos (TAP), realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2025, apresentou um resultado superavitário de R\$505.960 para o grupo de contratos de Danos e R\$173.705 para Habitacional.

3.5. Provisões de Passivos Contingentes
Com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões são reconhecidas pela Seguradora quando da existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação supracitada, baseada numa estimativa contábil do valor da obrigação.

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da Seguradora nos processos judiciais em que a Seguradora seja ré. As ações judiciais são avaliadas e, o risco de perda é estimado conforme os seguintes critérios, concomitantemente:

- I – O direito invocado encontra-se amparado na norma jurídica vigente;
- II – Analisando-se todo o conjunto probatório será suficiente para amparar o pedido e;
- III – A existência de precedentes, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis bem como argumentos que sirvam de suporte a tais julgados.

Após avaliadas, as ações judiciais são classificadas de acordo com o grau de risco de perda para a Seguradora; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas classificações entende-se que:

- Perda provável: há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa.
- Perda possível: ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma, venha a ser contrária aos interesses da empresa.
- Perda remota: há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou obrigação já foi devidamente cumprida.

Finalmente, ao ser prolatada decisão judicial que tenha impacto direto no valor contingenciado, o provisionamento deverá ser imediatamente revisto, de forma a adequar-se à nova orientação, alterando-se o risco progressivamente até a sua efetiva perda.

3.6. Resultado
O resultado do período é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endorços e futuras, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos (CAD).

As operações de resseguro cedido são contabilizadas com base nas informações recebidas das Resseguradoras.

4. Gestão de Riscos
A Seguradora está exposta aos seguintes riscos: Riscos de Seguros, Riscos Financeiros, Risco Operacional e Risco Estratégico. De acordo com a natureza e materialidade de cada risco, a Seguradora exerce seu gerenciamento, tanto de maneira individual, quanto de forma integrada, monitorando o valor dos seus negócios.

Para tal, a Seguradora possui uma robusta estrutura de gestão de riscos que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade.

Esta estrutura é baseada no modelo de três linhas de defesa, que apresenta as diretrizes para a efetiva gestão de riscos e as melhores práticas de governança corporativa, além dos requerimentos regulatórios dispostos na Resolução CNSP nº 416/21 e alterações posteriores.

Nesse processo, as áreas de Negócios e Operacionais são responsáveis pela primeira linha de defesa, cabendo a elas a identificação, mitigação e gerenciamento dos riscos no dia a dia das suas próprias operações. A segunda linha de defesa é representada pela área de Riscos, Controles Internos, Compliance e Governança. A Diretoria de Riscos e Controles Internos é liderada pela *Chief Risk Officer*, o qual é responsável por proporcionar uma visão clara, coesa e especializada quanto às aderências às políticas internas e externas definidas para os negócios, desde a identificação/diagnóstico dos riscos, até o acompanhamento dos planos de ação junto às áreas. O CRO reporta-se diretamente à Diretoria Regional de Riscos e Controles Internos localizada na Matriz Espanhola, garantindo assim a independência da área de Gestão de Riscos e Controles Internos. A terceira linha de defesa está relacionada à função de Auditoria Interna, visando fornecer avaliações independentes sobre as atividades desenvolvidas, a efetividade dos controles e o cumprimento das normas internas e regulamentações em vigor. Especificamente para os Riscos Estratégicos, a Seguradora possui metodologia própria, que abrange desde a identificação até o acompanhamento dos planos de ação. Tal metodologia visa proteger a estratégia de negócios, garantindo a sustentabilidade da Seguradora e a manutenção dos seus produtos e serviços. A Seguradora periodicamente quantifica os riscos aos quais está exposta, identificando se tais riscos estão aderentes aos limites estabelecidos e se está dentro do apetite de risco estabelecido para a Seguradora. Em caso de descumprimento ao apetite, as medidas previstas na Política de Gestão de Riscos da Seguradora serão adotadas de maneira tempestiva, para que não haja impacto significativo no seu desempenho econômico e financeiro.

4.1. Riscos de Seguro
4.1.1. Contrato de Seguro
O Risco de Seguro pode ser definido como sendo um risco transferido do segurado para a seguradora por qualquer contrato que exista a área de ocorrência de um evento (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

A Seguradora possui contratos com obrigações futuras de devolver certos montantes de "excedente técnico" de acordo com índices de sinistralidade, contudo nestes contratos não há participações discriminatórias, uma vez que estas obrigações estão destacadas no contrato.

A Seguradora tem suas vendas concentradas nos produtos de Seguro Residencial, Empresarial, Transações e Habitacional, com foco nos clientes correntistas do Banco Santander (Brasil). Também comercializa seguros relacionados a outros produtos de crédito do Banco Santander (Brasil), como seguro de cartões de crédito. Portanto, os perfis financeiro e social dos clientes são previamente conhecidos, sendo possível estabelecer uma política de aceitação com conhecimento prévio dos riscos. Modelos atuariais são utilizados para mensurar o risco de seguro na precificação e no dimensionamento das provisões. Um dos componentes do risco de seguro é a frequência e severidade dos eventos cobertos serem maiores que o esperado. No risco de seguro existe a possibilidade de perda devido à incerteza na frequência de ocorrência dos eventos cobertos como na severidade dos valores deles decorrentes.

4.1.2. Risco de Subscrição
O Risco de Subscrição consiste principalmente dos riscos de emissão e de reserva de sinistros. A política de subscrição da Seguradora leva em conta o apetite ao risco e a estratégia de crescimento de todos os segmentos em que atua. As regras adotadas para subscrição e precificação são definidas durante o desenvolvimento dos produtos e revistas sempre que necessário. Monitora-se métricas de controle do risco de subscrição para avaliar a aderência do preço e da política de subscrição previamente estabelecidas para medir o sucesso da estratégia e tomar medidas para mitigar possíveis oscilações. O monitoramento do risco de subscrição é realizado através do Teste de Adequação de Passivos, cujo resultado se positivo, gera constituição de provisões adicionais. Destaca-se que este teste de adequação considera como premissa de sinistralidade, o comportamento mais recente de sinistros das carteiras da Seguradora.

Há outras considerações sendo analisadas pela Seguradora que permitem que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado. A Seguradora realiza controles periódicos para garantir que as regras de subscrição e precificação estão sendo seguidas, bem como limites de acúmulo de riscos estabelecidos e concentração de riscos por região geográfica. A Seguradora utiliza o instrumento de contratos de resseguro para transferir riscos acima de seu apetite.

A gestão de riscos de subscrição é realizada pela área Técnica Atuarial, em conjunto com as áreas de Operações, Riscos, Produtos e Jurídico. No desenvolvimento, alteração ou extinção de cada um dos produtos, estes são submetidos a um Comitê de Riscos, responsável por aprovar as ações propostas com base no parecer de cada uma das áreas.

O demonstrativo apresenta a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos líquido dos cancelamentos e restituições. Este acompanhamento é realizado para avaliar eventuais mudanças na distribuição geográfica da carteira da Seguradora.

Ramos	2025				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Riscos Diversos	24.483	57.748	18.557	344.958	45.326
Compreensivo Residencial Habitacional	20.861	34.824	10.101	331.168	57.081
Compreensivo Empresarial Demais Ramos	31.862	39.247	7.767	273.810	66.960
	25.222	66.743	25.500	167.892	29.290
	2.002	4.907	1.944	12.610	2.157
Total	104.430	203.469	63.869	1.130.238	200.814

Ramos	2024				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Riscos Diversos	19.840	41.965	13.380	218.227	31.636
Compreensivo Residencial Habitacional	29.317	43.143	14.162	467.433	93.554
Compreensivo Empresarial Demais Ramos	26.962	33.664	6.800	270.475	54.521
	22.170	58.259	20.083	145.165	27.383
	2.049	5.012	1.848	12.847	2.453
Total	100.338	182.043	56.273	1.114.147	209.547

4.1.4. Tabela de Desenvolvimento de Sinistro

Ano de Ocorrência	Valores Brutos de Resseguro									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Incorridos	50.245	64.521	82.793	87.227	130.887	154.121	251.472	189.770	202.363	254.677
Até a data-base	51.326	65.198	93.862	97.437	153.734	188.020	261.804	166.164	174.293	225.957
Um ano mais tarde	50.664	66.937	95.672	101.515	181.239	199.923	266.098	170.399	181.311	–
Dois anos mais tarde	55.119	69.008	95.482	107.220	188.796	200.020	268.540	174.087	–	–
Três anos mais tarde	54.521	67.969	96.063	106.738	189.896	199.682	271.451	–	–	–
Quatro anos mais tarde	53.547	67.863	98.073	108.461	191.451	203.685	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	53.410	70.365	98.309	109.714	188.024	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	56.172	70.318	98.016	109.494	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	56.521	71.634	98.039	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	56.855	70.341	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	55.716	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2025	55.716	70.341	98.039	109.494	188.024	203.685	271.451	174.087	181.311	225.957
Diferença com Aviso Inicial	(5.471)	(5.820)	(15.246)	(22.267)	(57.137)	(49.564)	(19.979)	15.683	21.052	28.720
Pagos Acumulados										
Até a data-base	(27.771)	(38.213)	(58.516)	(63.119)	(91.804)	(116.095)	(179.879)	(116.639)	(108.879)	(152.116)
Um ano mais tarde	(46.678)	(61.024)	(87.959)	(90.928)	(142.532)	(176.094)	(243.387)	(151.235)	(153.166)	(203.491)
Dois anos mais tarde	(49.008)	(62.008)	(90.084)	(96.157)	(169.922)	(187.720)	(248.488)	(154.599)	(158.909)	–
Três anos mais tarde	(50.745)	(64.297)	(90.212)	(98.992)	(178.526)	(188.847)	(249.830)	(158.882)	–	–
Quatro anos mais tarde	(51.158)	(62.286)	(90.549)	(99.411)	(179.162)	(189.171)	(252.778)	–	–	–
Cinco anos mais tarde	(50.486)	(61.761)	(92.755)	(101.122)	(180.600)	(190.016)	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	(50.309)	(65.356)	(92.884)	(101.250)	(183.722)	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	(51.948)	(66.683)	(94.197)	(101.977)	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	(52.035)	(67.913)	(94.238)	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	(52.381)	(68.349)	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	(52.372)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos de Sinistros Efetuados	(52.372)	(68.349)	(94.238)	(101.977)	(183.722)	(190.016)	(252.778)	(158.882)	(158.909)	(203.491)
Provisão de Sinistros em 31/12/2025 (I)	3.344	1.992	3.801	7.517	4.302	13.670	18.782	15.205	22.402	22.466
PSL antes 2015 (II)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
IBNER (III)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
IBNR (IV)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Provisão de Sinistros (I + II + III + IV)	3.344	1.992	3.801	7.517	4.302	13.670	18.782	15.205	22.402	22.466

4.1.5. Teste de Adequação de Passivos – TAP
Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações posteriores, a Seguradora realizou o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estavam vigentes na data de execução do teste. Este teste verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados vigentes na data-base desta demonstração. O teste é elaborado semestralmente utilizando métodos estatísticos e atuariais baseados em premissas realistas que refletem a experiência da Seguradora. A projeção considera premissas de sinistros, taxa de persistência, resseguro, comissões e despesas. Os fluxos de caixa foram estimados com periodicidade mensal. Para a realização do teste, as linhas de negócios com características de risco semelhantes foram agrupadas, sendo segregadas pelos grupos de contratos de Danos e Habitacional.

A sinistralidade é apurada com base no histórico da Seguradora para cada segmento ou linha de negócio e, para produtos atrelados a cobertura de morte, é calculada utilizando a tábua BR-EMS 2021, conforme a Circular SUSEP nº 623/21. Para a projeção das despesas administrativas, foi adotado o percentual observado de despesas em relação à receita futura projetada para cada grupo de seguros. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados, foi utilizada a Estrutura a Termo da Taxa de Juros Livre de Risco (ETTL), elaborada pela SUSEP. O Teste de Adequação de Passivos (TAP), realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2025, apresentou um resultado superavitário de R\$505.960 para o grupo de contratos de Danos e R\$173.705 para Habitacional.

3.5. Provisões de Passivos Contingentes
Com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões são reconhecidas pela Seguradora quando da existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação supracitada, baseada numa estimativa contábil do valor da obrigação.

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da Seguradora nos processos judiciais em que a Seguradora seja ré. As ações judiciais são avaliadas e, o risco de perda é estimado conforme os seguintes critérios, concomitantemente:

- I – O direito invocado encontra-se amparado na norma jurídica vigente;
- II – Analisando-se todo o conjunto probatório será suficiente para amparar o pedido e;
- III – A existência de precedentes, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis bem como argumentos que sirvam de suporte a tais julgados.

Após avaliadas, as ações judiciais são classificadas de acordo com o grau de risco de perda para a Seguradora; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas classificações entende-se que:

- Perda provável: há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa.
- Perda possível: ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma, venha a ser contrária aos interesses da empresa.
- Perda remota: há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou obrigação já foi devidamente cumprida.

Finalmente, ao ser prolatada decisão judicial que tenha impacto direto no valor contingenciado, o provisionamento deverá ser imediatamente revisto, de forma a adequar-se à nova orientação, alterando-se o risco progressivamente até a sua efetiva perda.

3.6. Resultado
O resultado do período é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endorços e futuras, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos (CAD).

As operações de resseguro cedido são contabilizadas com base nas informações recebidas das Resseguradoras.

4. Gestão de Riscos
A Seguradora está exposta aos seguintes riscos: Riscos de Seguros, Riscos Financeiros, Risco Operacional e Risco Estratégico. De acordo com a natureza e materialidade de cada risco, a Seguradora exerce seu gerenciamento, tanto de maneira individual, quanto de forma integrada, monitorando o valor dos seus negócios.

Para tal, a Seguradora possui uma robusta estrutura de gestão de riscos que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade.

Esta estrutura é baseada no modelo de três linhas de defesa, que apresenta as diretrizes para a efetiva gestão de riscos e as melhores práticas de governança corporativa, além dos requerimentos regulatórios dispostos na Resolução CNSP nº 416/21 e alterações posteriores.

Nesse processo, as áreas de Negócios e Operacionais são responsáveis pela primeira linha de defesa, cabendo a elas a identificação, mitigação e gerenciamento dos riscos no dia a dia das suas próprias operações. A segunda linha de defesa é representada pela área de Riscos, Controles Internos, Compliance e Governança. A Diretoria de Riscos e Controles Internos é liderada pela *Chief Risk Officer*, o qual é responsável por proporcionar uma visão clara, coesa e especializada quanto às aderências

Juntos, Protegemos #OQueMaisImporta



Zurich Santander Brasil Seguros S.A. | CNPJ/MF nº 06.136.920/0001-18

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Anualmente, a Seguradora realiza um exercício de identificação dos riscos estratégicos com a alta Administração, bem como com a elaboração de planos de ação de acompanhamento e monitoramento destes riscos.

O gerenciamento dos planos de ação é feito de forma recorrente pela estrutura de Riscos e Controles Internos, por meio do acompanhamento e discussões com as áreas de negócios e os principais executivos da Seguradora. Caso haja necessidade, é realizado a reclassificação do nível do risco identificado, bem como a identificação de um eventual novo risco. Esta identificação ocorre anualmente, porém seus planos de ação são monitorados trimestralmente pela área de Riscos, mas nada impede que um risco identificado pontualmente durante o ano seja discutido com os gestores e incluído na matriz. Este é um processo ativo na Seguradora.

4.5. Gestão de Capital

A Gestão de Capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui a gestão da política de pagamento de dividendos, a devolução do capital investido aos acionistas, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são baseadas em projeções financeiras e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Seguradora como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 432/21.

A suficiência de capital equivale a R\$106.007 em dezembro de 2025 e R\$101.156 em dezembro de 2024. A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado.

	2025	2024
Patrimônio Líquido	255.798	279.643
(I) Ajustes Contábeis	(46.671)	(52.072)
Participação em Sociedades Financeiras e não Financeiras, Nacionais ou no Exterior	–	(369)
Despesas Antecipadas	(650)	(642)
Ativos Intangíveis	–	(2)
Custos de Aquisição Diferidos não Diretamente Relacionados à PPNG	(46.021)	(51.059)
(II) Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos	168.555	181.567
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios Registradas	168.555	181.567
(III) Ajustes de Qualidade de Cobertura do CMR	(84.730)	(97.442)
Máximo 50% serão Cobertos pela Soma do PLA de Nível 2 e do PLA de Nível 3	(84.730)	(97.442)
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	199.480	206.426
Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d)	186.945	210.540
Capital Base (c)	15.000	15.000
Capital de Risco (d)	186.945	210.540
Capital de Risco de Subscrição	171.063	192.479
Capital de Risco de Crédito	6.649	7.037
Capital de Risco Operacional	9.364	8.618
Capital de Risco de Mercado	10.935	19.460
Benefício da diversificação	(11.065)	(17.055)
Suficiência de Capital	106.007	101.156

	2025	2024				
Níveis de PLA	PLA	Ajuste	Ajuste do PLA	PLA	Ajuste	Ajuste do PLA
Nível 1	199.480	–	199.480	206.426	–	206.426
Nível 2	168.555	(75.083)	93.472	181.567	(76.297)	105.270
Nível 3	9.647	(9.647)	–	21.145	(21.145)	–
Total	377.682	(84.730)	292.952	409.138	(97.442)	311.696

As ações de natureza Cível totalizaram R\$2.585 em dezembro de 2025 e R\$675 em dezembro de 2024.

15 Operações com Resseguradoras	2025	2024
Compreensivo Residencial	1.572	1.638
Compreensivo Empresarial	7.690	7.074
Habitacional	4.652	4.149
Total	13.914	12.861

16 Corretores de Seguros e Resseguros	2025	2024
Compreensivo Residencial	2.160	2.394
Compreensivo Empresarial	4.657	3.608
Riscos Diversos	1.189	1.153
Habitacional	6.024	9.385
Demais Ramos	276	309
Total	14.306	16.849

17 Outros Débitos Operacionais

Tem por objetivo custear as despesas com promoção e comercialização de seguros no canal de distribuição do Banco Santander.

	2025	2024
Compreensivo Residencial	213.508	202.307
Compreensivo Empresarial	27.135	36.870
Riscos Diversos	122.977	36.329
Total	363.620	275.506

18 Depósitos de Terceiros

Contempla o recebimento de prêmios relativos a contratos em fase de emissão, créditos de prêmios diretos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento.

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Total
Prêmios e Emolumentos Recebidos	2.850	39	370	3.259
Total	2.850	39	370	3.259

19 Provisões Técnicas – Seguros

19.1. Provisões Técnicas

A composição das Provisões Técnicas – Seguros está assim apresentada por agrupamentos de ramos:

	2025
Provisão de Prêmios não Ganhos – PPNG	550.230
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	42.027
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR	5.370
Provisão de Despesas Relacionadas – PDR	2.702
Provisão de Despesas Relacionadas do IBNR	2.082
Outras Provisões	60
Total	602.471

	2024
Provisão de Prêmios não Ganhos – PPNG	529.115
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	43.229
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR	4.984
Provisão de Despesas Relacionadas – PDR	2.724
Provisão de Despesas Relacionadas do IBNR	4.306
Outras Provisões	326
Total	584.358

19.2. Movimentações das Provisões Técnicas

A movimentação das Provisões Técnicas, registradas no passivo circulante e passivo não circulante, está assim apresentada:

	2025
Saldo no Início do Exercício	619.339
Constituições	919.339
Decorrentes de Prêmios	1.702.698
Diferimento pelo Risco Decorrido	(1.549.456)
Reversões	(9.027)
Saldo no Final do Exercício	1.072.671

20 Ativos Vinculados para Cobertura das Provisões Técnicas – Seguros

	2025	2024
Provisões Técnicas	1.396.027	1.253.620
Debitos	(879.192)	(813.670)
Direitos Creditórios	(872.472)	(796.651)
Ativos de Resseguros Redutores de PSL	(6.357)	(8.859)
Ativos de Resseguros Redutores de IBNR	(363)	(7.160)
Total a ser Coberto	516.835	439.950
Ativos Vinculados	516.835	439.950
Títulos de Renda Fixa – Públicos	767.885	689.293
Total	767.885	689.293

Suficiência em Relação a Cobertura das Provisões Técnicas

	2025	2024
Suficiência em Relação a Cobertura das Provisões Técnicas	251.500	249.343

21 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O capital social em dezembro de 2025 e dezembro de 2024 é composto por 70.284.367 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$138.961.

(b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, depois da constituição da reserva legal.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). A Diretoria Executiva poderá propor, com parecer favorável do Conselho de Administração: (i) declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço trimestral, (ii) determinar o levantamento de balanços trimestrais, bimestrais ou mensais e declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de lucro de que trata o parágrafo 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, e (iii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes no último balanço anual ou semestral.

Dividendos Deliberados e Distribuídos:

	2025	2024
Em Milhares de Reais	450.000	4.529
Ação Ordinária (R\$)	6.4025	320.000
Dividendos	30.000	0,4268
Total	480.000	320.000

(1) Deliberado pelo Conselho de Administração em 01 de dezembro de 2025, apurados com base no resultado do exercício social de 2025 e pagos no dia 05 de dezembro de 2025.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de dezembro de 2025, apurados com base no resultado do exercício social de 2025 a serem pagos até 31 de dezembro de 2026.

continua...

5 Aplicações Financeiras

5.1. Classificação das Aplicações Financeiras

A classificação e composição das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir:

Hierarquia	Taxa de Juros Contratada	Percentual da Carteira	Até 1 Ano ou Indeterminado	Acima de 1 até 5 Anos	Acima de 5 Anos	Redução ao Valor Recuperável	Valor Contábil	Valor Atualizado	2025	2024
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)										
Títulos Públicos		100%	355.747	391.599	22.334	(1.794)	767.886	777.670		
Títulos de Renda Fixa – NTN-F	Nível 1	12,12% (Pré Fixada)	14%	355.747	295.062	21.417	(1.735)	670.491	679.275	
Títulos de Renda Fixa – LFT	Nível 1	100% Selic	42%	–	86.703	–	(275)	107.845	111.124	
Títulos de Renda Fixa – LTN	Nível 1	11,99% (Pré Fixada)	31%	123.332	117.321	–	(831)	322.622	323.440	
Títulos Privados			–	96.537	917	(59)	97.395	98.395		
Letras Financeiras – LF	Nível 2	13,20% (Pré Fixada)	13%	–	96.537	–	(42)	96.495	97.477	
Debêntures	Nível 2	100% Selic	0%	–	–	917	(17)	900	918	
Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)		100%	274	–	–	–	274	274		
Outras Aplicações	Nível 2	–	100%	274	–	–	274	274		
Total			356.021	391.599	22.334	(1.794)	768.160	777.944		

Hierarquia	Taxa de Juros Contratada	Percentual da Carteira	Até 1 Ano ou Indeterminado	Acima de 1 até 5 Anos	Acima de 5 Anos	Redução ao Valor Recuperável	Valor Contábil	Valor Atualizado	2024	2023
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)										
Títulos Públicos		100%	107.075	564.254	19.606	(1.642)	689.293	729.391		
Títulos de Renda Fixa – NTN-F	Nível 1	12,12% (Pré Fixada)	14%	107.075	481.110	19.606	(1.604)	606.187	640.085	
Títulos de Renda Fixa – LFT	Nível 1	100% Selic	20%	–	79.076	–	(258)	98.424	109.522	
Títulos de Renda Fixa – LTN	Nível 1	12,25% (Pré Fixada)	54%	107.075	34.080	–	(358)	140.797	141.186	
Títulos Privados			–	367.954	–	(988)	366.966	389.377		
Letras Financeiras – LF	Nível 2	12,33% (Pré Fixada)	12%	–	83.144	–	(38)	83.106	89.306	
Debêntures	Nível 2	100% Selic	0%	–	–	917	(17)	900	918	
Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)		100%	326	–	–	–	326	326		
Outras Aplicações	Nível 2	–	100%	326	–	–	326	326		
Total			107.401	564.254	19.606	(1.642)	689.619	729.717		

5.2. Movimentação das Aplicações

A movimentação das aplicações financeiras está assim apresentada:

	Saldo em 2024	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro	Ajustes TVM	Redução ao Valor Recuperável	Saldo em 2025
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	689.293	1.206.386	(1.265.170)	107.063	30.466	(152)	677.886
Títulos Públicos	606.187	1.185.487	(1.243.256)	96.959	25.444	(130)	670.491
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	98.424	–	(11.016)	12.618	7.836	(17)	107.845
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	140.797	1.185.487	(1.042.608)	39.375	44	(473)	322.622
Letras do Tesouro Nacional – LTN	366.966	–	(189.632)	44.966	17.364	(36)	240.024
Títulos Privados	83.106	20.899	(21.914)	10.104	5.222	(22)	97.395
Letras Financeiras – LF	83.106	20.000	(21.914)	10.085	5.223	(5)	96.495
Debêntures	–	899	(79)	19	(1)	(17)	900
Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	326	549	(739)	137	–	–	274
Outras Aplicações (Nota 25)	326	549	(739)	137	–	–	274
Total	689.619	1.206.935	(1.265.909)	107.200	30.466	(152)	678.160

	Saldo em 2023	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro	Ajustes TVM	Redução ao Valor Recuperável	Saldo em 2024
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	600.638	1.407.582	(1.343.134)	79.431	(53.582)	(1.642)	689.293
Títulos Públicos	600.638	1.323.582	(1.343.134)	74.125	(47.420)	(1.604)	606.187
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	169.616	7.919	(76.033)	16.380	(19.200)	(258)	98.424
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	271.855	992.328	(1.148.004)	25.016	(40)	(358)	140.797
Letras do Tesouro Nacional – LTN	159.167	323.335	(119.097)	32.729	(28.180)	(988)	366.966
Títulos Privados	84.000	–	–	5.306	(6.162)	(38)	83.106
Letras Financeiras – LF	84.000	–	–	5.306	(6.162)	(38)	83.106
Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	304	654	(652)	20	–	–	326
Outras Aplicações (Nota 26)	304	654	(652)	20	–	–	326
Total	600.942	1.408.236	(1.343.786)	79.451	(53.58		

Juntos, Protegemos #OQueMaisImporta



Zurich Santander Brasil Seguros S.A. | CNPJ/MF nº 06.136.920/0001-18

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Reserva de Lucro
A reserva de lucro é composta pela reserva legal e reserva estatutária. A reserva legal é constituída na forma prevista na Lei nº 6.404/76, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. A Seguradora no ano de 2019 atingiu o limite, conforme previsto na Lei.
A reserva estatutária é o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios.
O montante registrado nessa rubrica é de R\$121.631 em dezembro de 2025 e R\$163.755 em dezembro de 2024.
O valor remanescente entre reserva de lucro e capital social será deliberado em Assembleia.

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial
O valor de ajuste de avaliação patrimonial é o resultado do ajuste do valor justo dos instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). O montante registrado nessa rubrica é de (R\$4.794) em dezembro de 2025 e (R\$23.073) em dezembro de 2024.

22 Resultado com os Principais Ramos de Atuação

22.1 Prêmios Ganhos

a) Prêmios Ganhos Bruto de Resseguro

	2025		2024	
	Prêmios Ganhos	% Sinistralidade	Prêmios Ganhos	% Comercialização
Compreensivo Residencial	432.920	436.104	22	37
Compreensivo Empresarial	290.634	260.860	17	25
Riscos Diversos	382.120	253.149	1	4
Habitacional	419.583	392.372	17	29
Demais Ramos	24.231	23.858	41	52
Total	1.549.488	1.366.343		

b) Prêmios Ganhos Líquido de Resseguro

	2025		2024	
	Prêmios Ganhos	% Sinistralidade	Prêmios Ganhos	% Comercialização
Compreensivo Residencial	429.265	433.096	18	21
Compreensivo Empresarial	280.515	251.292	19	22
Riscos Diversos	382.120	253.149	1	4
Habitacional	405.749	381.320	17	23
Demais Ramos	24.231	23.858	41	52
Total	1.521.880	1.342.715		

22.2 Sinistros Ocorridos

	Sinistro Bruto de Resseguro		Sinistro Líquido de Resseguro	
	2025	2024	2025	2024
Compreensivo Residencial	(74.775)	(94.709)	(76.122)	(89.822)
Compreensivo Empresarial	(57.418)	(66.408)	(54.589)	(55.596)
Riscos Diversos	(3.761)	(10.976)	(3.761)	(10.976)
Habitacional	(72.821)	(113.077)	(69.812)	(88.300)
Demais Ramos	(9.967)	(12.287)	(9.870)	(12.287)
Total	(218.742)	(297.457)	(214.154)	(256.981)

22.3 Custos de Aquisição

	Custos de Aquisição Bruto de Resseguro		Custos de Aquisição Líquido de Resseguro	
	2025	2024	2025	2024
Compreensivo Residencial	(161.317)	(147.939)	(161.054)	(147.706)
Compreensivo Empresarial	(122.413)	(74.740)	(121.807)	(74.255)
Riscos Diversos	(228.035)	(131.883)	(228.035)	(131.883)
Habitacional	(9.652)	(65.173)	(56.383)	(62.319)
Demais Ramos	(9.972)	(56.822)	(9.972)	(56.822)
Total	(581.389)	(476.557)	(577.251)	(472.985)

22.4 Outras Receitas e Despesas Operacionais

	2025	2024
Receitas Operacionais	1.251	1.074
Outras Receitas com Operações de Seguros	1.251	1.074
Despesas Operacionais	(8.861)	(6.785)
Provisão/Reversão por Redução do Valor Recuperável	(514)	(218)
Despesas com Títulos de Capitalização	(274)	(327)
Despesas com Provisões	(1.487)	(1.077)
Outras Despesas com Operações de Seguros	(6.586)	(5.163)
Total	(7.610)	(5.711)

22.5 Resultado com Operações de Resseguros

	2025	2024
Receita com Resseguro	5.573	40.476
Indenizações de Sinistros ⁽ⁱ⁾	4.588	40.476
Receitas com Participações nos Lucros	985	-
Despesa com Resseguro	(23.470)	(20.056)
Prêmios de Resseguro	(27.563)	(26.241)
Comissões sobre Prêmios de Resseguro	4.138	3.572
Variações das Despesas de Resseguro	(45)	2.613
Total	(17.897)	20.420

⁽ⁱ⁾ O aumento em 2024 foi decorrente a catástrofe climática de grande dimensão que atingiu o estado do Rio Grande do Sul.

23 Detalhamento das Contas de Resultado

23.1 Despesas Administrativas

	2025	2024
Serviços de Terceiros ⁽ⁱ⁾	(16.233)	(5.418)
Localização e Funcionamento	(674)	(2.340)
Publicações e Propaganda	(2.477)	(2.385)
Donativos e Contribuições	(2.385)	(1.986)
Outras	(257)	(382)
Total	(22.026)	(12.511)

23.2 Despesas com Tributos

	2025	2024
COFINS	(56.899)	(50.010)
PIS	(9.571)	(8.180)
Taxa de Fiscalização SUSEP	(2.599)	(2.304)
Outros	(234)	(64)
Total	(71.303)	(60.538)

23.3 Resultado Financeiro

	2025	2024
Receitas Financeiras	109.768	81.436
Títulos de Renda Fixa	108.449	80.471
Depósitos Judiciais e Créditos Tributários	-	18
Outros	1.319	947
Despesas Financeiras	(17.210)	(38.757)
Títulos de Renda Fixa	(1.386)	(1.040)
Operações de Seguros	(14.237)	(36.830)
Encargos sobre Tributos	(1.056)	(784)
Outros	(531)	(103)
Total	92.558	42.679

23.4 Impostos

	2025	2024
Imposto de Renda	(176.040)	(140.116)
Contribuição Social	(109.184)	(87.147)
Total	(285.224)	(227.263)

24 Cálculo Efetivo da Alíquota de Imposto

	2025	2024
Resultado Antes dos Impostos	723.101	576.690
Encargo Total do IRPJ e CSLL	(289.240)	(230.674)
Resultado de Participação em Controlada	9	6
Despesas Indevidáveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	3.983	3.380
Demais Ajustes	25	25
Imposto de Renda e Contribuição Social	(285.223)	(227.263)
	39,44%	39,41%

25 Partes Relacionadas
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações e saldos são conforme segue:

	2025	2024
Ativo		
Disponível	4.539	3.218
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	4.539	3.218
Aplicações	274	326
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾ (Nota 5.2)	274	326
Títulos e Créditos a Receber	3.802	3.091
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾ (Nota 8)	1.377	1.567
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nota 8)	2.425	1.524
Outros Créditos Operacionais	2	2
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ⁽²⁾	2	2
Passivo		
Outras Contas a Pagar	(30.553)	(13)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	(30.370)	(27)
Servizurich S.A. – Sociedad Unipersonal	(39)	115
Zurich Insurance Company Ltda.	-	(24)
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	-	(144)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(377.078)	(291.262)
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾ (Nota 17)	(363.620)	(275.506)
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ⁽²⁾	(13.458)	(15.756)

Resultado
Custos de Aquisição (662.405) (607.633)
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ⁽²⁾ (83.801) (86.632)
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾ (578.604) (521.001)
Outras Despesas Operacionais (274) (327)
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾ (274) (327)
Despesas Administrativas (3.778) (3.995)
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾ (3.515) (3.875)
Servizurich S.A. – Sociedad Unipersonal (224) (123)
Zurich Latin American Services S.A. (32) (3)
Zurich Insurance Company Ltda. (7) -
Resultado Financeiro 137 20
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾ (Nota 5.2) 137 20
⁽¹⁾ O Banco Santander é controlado pelo Grupo Empresarial Santander, S.L. e pela Sterrebeek B.V com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.
⁽²⁾ Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander (Brasil) S.A.
⁽³⁾ Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.

26 Evento Subsequente
Não houve evento subsequente após 31 de dezembro de 2025 até a data da aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais.

Conselho de Administração

Presidente			
Edson Luis Franco			
Conselheiros Efetivos		Conselheiros Suplentes	
Carmen Martinez Briongos	Gustavo Bortolotto	Ana Puche Lázaro	Joaquín Pons Maicas
Edeilson Viani	Sidemar Aparecido Sprigo	Denis Ferro Junior	Maria Aranzazu Jorquera Vila
Gustavo Alejo Viviani		Francisco de Asis Carrasco Bahamonde	
Diretoria Executiva			
Diretor Presidente Alejandro Gabriel Widder			
Diretor de Controles Internos Omar Santana da Silva Junior		Diretor de Produto João Batista Mendes de Angelo	
Comitê de Auditoria			
Benildo de Araujo Costa		Luiz Pereira de Souza	
Atuária Responsável Técnico			
Marcia Moraes Ferreira – MIBA nº 2531			
Diretor Responsável Técnico			
Alejandro Gabriel Widder			
Comitê de Auditoria			
Ana Paula Lima Petri – CRC 1SP 267.635/O-1			

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Zurich Santander Brasil Seguros S.A.
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu em 2025 em 13 (treze) oportunidades.
O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades, que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna da Seguradora.
O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração da Seguradora e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2025, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações

financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência executiva da Seguradora.
Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance, e nas suas próprias análises.
A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das operações da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.
O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da Zurich Santander Brasil Seguros S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

Membros do Comitê de Auditoria
Benildo de Araujo Costa
Luiz Pereira de Souza
Flavio Roberto Andreani Perondi

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.
Escopo da Auditoria
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
Responsabilidade da Administração
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Atuários Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de

Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima.
Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.
Nessa avaliação de riscos, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 – 17º andar – parte 5
Edifício Adalberto Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19 – CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti – MIBA 2147

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. – São Paulo-SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ("Seguradora" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Ambiente de Tecnologia da Informação
A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.
Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.
A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto.
Nossos procedimentos de auditoria incluem, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambiente de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas.
Conforme divulgado na nota explicativa nº 19, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldos relevantes de provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros firmados. No processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento da diretoria na seleção das metodologias e das premissas relacionadas ao cálculo da provisão de sinistros incorridos e não avisados. Adicionalmente, a diretoria realizou o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera

a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº3.4.5.
A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas e no teste de adequação de passivos foram consideradas um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado a provisão de sinistros ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto.
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles relevantes; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos utilizados na mensuração das provisões que envolvem técnicas atuariais; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individual